

Superfaturamento na

EDGAR ARRUDA

O procurador-geral de Justiça, Antônio Carlos Biscaia, determinou ontem a abertura de inquérito civil público para apurar as denúncias de superfaturamento nas compras de remédios e material hospitalar pela Secretaria Estadual de Saúde. Além disso, seis promotores também vão investigar o pagamento superfaturado pelos serviços da rede conveniada à secretaria. A Procuradoria Geral de Justiça quer fazer um levantamento detalhado da situação do atendimento médico no estado, principalmente no Município do Rio.

A decisão de Biscaia foi tomada após uma série de denúncias de irregularidades praticadas pela secretaria. Desde julho do ano passado, o Sindicato dos Médicos, o Conselho Regional de Medicina (Cremerj) e a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa vinham encaminhando essas denúncias, que envolviam ainda as dificuldades da população para receber atendimento médico. Na portaria assinada ontem, o procurador-geral diz que, “mesmo diante do quadro que se desenhava, o Ministério Público optou por aguardar providências das autoridades competentes, mas tal, ao longo do tempo, lamentavelmente não veio a ocorrer, por motivos ainda a serem apurados”.

Na prática, a Procuradoria vai realizar duas investigações num mesmo inquérito: uma tratando das condições de atendimento à população pela rede pública e outra sobre as denúncias de superfaturamento.

— No caso do superfaturamento, se for constatado, e há indícios muito fortes de que houve irregularidades, evidentemente haverá um processo criminal — disse o promotor Alexandre Marinho, assessor especial da Procuradoria, que vai trabalhar na investigação.

O secretário-geral do Sindicato dos Médicos, Jorge Darze, comemorou a abertura do inquérito:

— No final do ano passado, enviamos uma comparação de preços de medicamentos e materiais adquiridos pelo Hospital Pedro Ernesto e pela Secretaria de Saúde. Em alguns casos, a diferença entre os preços chegava a 100%.